



As ondas feministas: continuidades e discontinuidades no movimento feminista brasileiro

Diana Ribeiro¹

Conceição Nogueira²

Sara Isabel Magalhães³

RESUMO

Os movimentos feministas são comumente identificados pela literatura internacional – particularmente o eixo europeu-estadunidense – a partir das “ondas”, que se caracterizam de acordo com o processo sócio-histórico, desde a virada do século XVIII até a atualidade – e onde algumas autoras apontam que estamos vivendo a quarta onda feminista. Esta ótica de análise das ondas pode representar uma visão normativa da história do feminismo ocidental, na qual, ao propor uma narrativa única, especificidades de outros contextos, assim como lideranças e referências são excluídas. O presente artigo visa identificar as universalidades e as unidades existentes entre os marcos do movimento feminista brasileiro e aqueles apontados na literatura internacional das ondas feministas. Neste estudo bibliográfico, foram identificadas continuidades e discontinuidades na luta de mulheres no Brasil, sendo mapeadas transversalidades entre as ondas feministas. Embora algumas importantes demandas levantadas ao longo dos anos pelos movimentos feministas brasileiros tenham sido conquistadas, no contexto sociopolítico brasileiro atual urge referenciar e pautar antigos debates, pois mesmo a partir de uma nova forma de se construir as coletividades e as lutas, alguns conteúdos permanecem latentes.

Palavras-chave: movimentos feministas, movimento feminista brasileiro, ondas feministas.

¹ Atualmente realiza doutoramento em Psicologia pela Universidade do Porto - Portugal e doutorado em Psicologia em regime de cotutela pela Universidade Federal do Ceará. Possui mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará; Especialização em Psicologia da Educação pela Pontifícia.

² Professora Associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Doutora em Psicologia Social - Universidade do Minho. Autora de vários livros em português (Portugal e Brasil) e de várias publicações (internacionais) - revistas, livros, capítulos de livros e anais de congressos sobre Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades. Experiência de coordenação de vários projectos de investigação financiados e apoiados pela FCT nos seus domínios de especialização.

³ Doutora em Psicologia da Educação. Atualmente é investigadora a tempo inteiro no CPUP - Centro de Psicologia da Universidade do Porto.

ABSTRACT: The feminist movements are usually identified in international literature - particularly the European-American axis – as constituted by “waves”, which are characterized according to the socio-historical process, from the turn of the 18th century to the present day – and within which some authors point out that we are living the fourth feminist wave. This perspective of wave analysis can represent a normative view of the history of Western feminism, which proposes a unique narrative and excludes specificities, references and leadership from other contexts. This article intends to identify the universalities and the units between the Brazilian feminist movement and those mentioned in the international literature of feminist waves. In this bibliographic study, continuities and discontinuities in the struggle of women in Brazil were identified, and transversalities between feminist waves were mapped. Although some important demands raised over the years by the Brazilian feminist movements have been conquered, in the current Brazilian socio-political context it is urgent to refer and work on old debates, because even from a new way of building collectivities and struggles, some contents remain latent.

Keywords: feminist movements, Brazilian feminist movement, feminist waves.

RESUMEN: Los movimientos feministas son comúnmente identificados por la literatura internacional - particularmente el eje europeo-americano - a partir de las "olas", que se caracterizan por el proceso socio-histórico, desde el final del siglo XVIII hasta la actualidad - y donde algunos autores señalan que estamos viviendo la cuarta ola feminista. Esta perspectiva de análisis de ondas puede representar una visión normativa de la historia del feminismo occidental, en la que, al proponer una narrativa única, se excluyen las especificidades de otros contextos, así como los liderazgos y referencias. Este artículo tiene por objeto identificar las universalidades y unidades que existen entre los hitos del movimiento feminista brasileño y los señalados en la literatura internacional de las ondas feministas. En este estudio bibliográfico se identificaron las continuidades y discontinuidades en la lucha de las mujeres en el Brasil y se cartografió la transversalidad entre las olas feministas. Aunque algunas demandas importantes planteadas a lo largo de los años por los movimientos feministas brasileños han sido conquistadas, en el actual contexto sociopolítico brasileño existe la urgente necesidad de referirse y orientar los viejos debates, porque incluso desde una nueva forma de construir colectividades y luchas, algunos contenidos permanecen latentes.

Palabras-clave: movimientos feministas, movimiento feminista brasileño, olas feministas.

Introdução

O termo *ondas* (ou *vagas*) é encontrado na literatura para referenciar a multiplicidade de tempos e lugares no agenciamento dos movimentos feministas. Tais ondas caminham de acordo com o processo sócio-histórico e trazem consigo posicionamentos, paradigmas e concepções ontológicas distintas (NOGUEIRA, 2001; SILVEIRA & NARDI, 2015; GADELHA, 2014). Elas representam uma espécie de linha do tempo, apresentando os avanços e as principais pautas de cada época. Contudo, similares às ondas que podem ser observadas na beira-mar, elas não são contínuas, arrebatam na areia, avançando e conquistando maior alcance, mas também regressam ao oceano, sendo puxadas por uma grande força, até rebentarem novamente, às vezes ainda mais fortes. Talvez os movimentos feministas sejam mesmo como ondas do mar, embora uma forte estrutura insista em puxar os avanços já conquistados, eles seguem com suas pautas progressistas, algumas vezes como tsunamis e outras vezes em formato de pequenas marolas.

A ótica das ondas feministas pode se tornar confusa quando analisamos contextos de países com histórias distintas daqueles que são originalmente pensados por esta, particularmente o eixo europeu-estadunidense, ficando evidente que ela pode não ter muito a dizer sobre algumas realidades. Deveríamos, portanto, pensar o movimento feminista do Brasil a partir das ondas? Compreendemos a necessidade de se construir no contexto brasileiro as suas próprias versões, outrora, tão negligenciadas e, por vezes, ocultadas, ao mesmo tempo, consideramos a leitura dos feminismos a partir das ondas uma rica fonte de literatura, arcabouço documental e de história sobre pensamentos, rupturas e marcadores importantes construídos contra a dominação masculina e em busca da equidade de gênero.

O presente artigo faz parte de uma pesquisa ampla de doutorado que investiga as narrativas feministas sobre o corpo no atual contexto brasileiro. Percebeu-se, entretanto, a necessidade inicial de identificar características dos movimentos feministas no Brasil para além de referenciais mais generalistas. Aqui, através de uma revisão de literatura,

entre referências nacionais e internacionais, pretendemos analisar os movimentos feministas através da ótica das ondas, identificando universalidades, unidades e mapeando transversalidades entre as ondas feministas no contexto brasileiro.

Enquadramento e duas notas prévias

As epistemologias e metodologias feministas buscam construir espaços revestidos de contestações sobre o conhecimento produzido e difundido pelas epistemologias dominantes, positivistas e patriarcais, buscando construir histórias a partir de outro ponto de vista (HARDING, 1986). Mesmo operando a partir desse objetivo, muitas vezes, as construções dos saberes de países do sul global, como é o caso do Brasil, são marginalizadas e não consideradas nos apontamentos históricos e nas inflexões sugeridas pelos feminismos hegemônicos. Ou ainda, como indica Bozzano (2019, p.4), muito das próprias pautas feministas aqui construídas foram condicionadas pelo que se via no contexto do norte global, uma vez que “as universidades latino-americanas foram, e ainda são, espaços formados na sua maioria por pessoas não racializadas e com privilégios de classe”. Contudo, uma transformação é percebida na última década por meio das “contra-narrativas” apresentadas na autenticidade da produção de conhecimento local (BOZZANO, 2019).

Os movimentos feministas possuem uma longa história no cenário brasileiro e, nos últimos anos, com uma organização política ocorrendo fortemente através dos meios digitais, uma grande repercussão tem circulado em torno do que algumas autoras chamam de quarta onda (HOLLANDA, 2018). Porém, mesmo com o avançar cronológico de ondas, percebemos que há uma permanência de pautas, como casamento infantil, feminicídio, entre outras (ONU, 2019; IPEA, 2019), geradas principalmente pela necessidade de se construir alternativas para os lugares que o Brasil vem ocupando em *rankings* mundiais. Portanto, nesta breve análise dos movimentos feministas através das ondas, pretendemos apresentar o potencial disruptivo do movimento brasileiro, construindo uma narrativa que também tenta captar as próprias exclusões presentes neste cenário.

Nota prévia 1

Ao analisarmos os movimentos feministas através da ótica das ondas, não pretendemos dar conta de todas as realidades, uma vez que acreditamos que mesmo anteriormente ao período identificado como primeira onda feminista já existiam movimentos de mulheres que se propunham a fazer resistência às normas que vinham sendo impostas. A exemplo, Silvia Federici aponta o movimento de caça às bruxas entre os séculos XVI e XVII, revelando o extermínio de milhares de mulheres que resistiam às normas impostas e não cooperavam para criação do sistema capitalista (FEDERICI, 2019). Ou ainda, como denuncia Angela Davis, a realidade da ausência de referenciais acerca da luta de muitas mulheres abolicionista (DAVIS, 2016).

Contudo, a perspectiva das ondas feministas pode nos atentar para as condições de possibilidades que sinalizam a existência e a ampliação de um contrapoder nos períodos específicos de cada uma delas. A seguir, ao falarmos sobre esse contexto, não será possível nos debruçarmos sobre cada pauta, movimento, mulher ou coletivo, mesmo os mais importantes, tendo em vista que isso corresponde a um trabalho mais amplo e arriscamos a dizer que tal tarefa é também impossível, devido à ausência de registros.

Nota prévia 2

Dada à realidade de colonização do Brasil, onde, para além do contexto patriarcal, há a tentativa agressiva e constante do apagamento de culturas originárias, de violências epistemológicas direcionadas aos povos ancestrais e do racismo como produto de uma estrutura de classe já sedimentada desde a chegada do homem branco (BERTH, 2019), entendemos que, analisar historicamente os feminismos desta forma, muitas vezes significa adotar um discurso hegemônico que não reconhece as distinções das experiências enfrentadas por muitas mulheres nas diversas partes do globo. Portanto, pretendemos aqui trazer as ondas feministas não como uma forma exclusiva e preponderante para pensar os movimentos feministas brasileiros, e sim como um ponto de tensão, onde se pretende enxergar similaridades e diferenças. Acreditamos que tais diferenças possam nos ajudar a olhar atentamente para as nossas conquistas particulares e os necessários caminhos a seguir, além disso, nos permitem conhecer e valorizar as nossas especificidades, principalmente no que diz respeito à grandiosidade do trabalho e

da luta de mulheres brasileiras.

As ondas feministas entre os marcadores internacionais e o contexto brasileiro⁴

Os registros dos movimentos feministas que marcam o início da primeira onda são identificados no Ocidente como “resposta” a algumas conquistas da Revolução Francesa no que diz respeito à emancipação dos homens, sendo a escritora e professora Mary Wollstonecraft comumente identificada como quem inaugura aquela ao escrever, em 1792, sobre a emancipação das mulheres em *Uma vindicação dos direitos da mulher*. Juntamente com Mary Wollstonecraft, outras mulheres, ao longo deste primeiro período, se organizaram em torno da “educação, direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades” (MIGUEL, 2014, p.21).

Portanto, os marcos característicos das ondas feministas trazem, inicialmente, os interesses de mulheres europeias, brancas e burguesas (MIGUEL, 2014). Embora essas mulheres fossem prejudicadas por uma estrutura patriarcal que as impedia dos estudos, da participação nas decisões das esferas públicas e privadas e de viver uma vida para além dos contornos domésticos, foram as suas condições de privilégios de classe que possibilitaram e visibilizaram, ainda que de forma difícil e escassa, suas lutas por esses direitos básicos. Na literatura brasileira, a escritora e educadora Nísia Floresta é comumente identificada como sendo a primeira mulher feminista com destaque difundido. De família nordestina e burguesa, Nísia nasceu em 1810 e publicou alguns livros que divulgam um pensamento crítico e revolucionário sobre a condição da mulher e as regras sociais (COSTA e SARDENBERG, 2008).

Como argumenta Celi Pinto (2003, p. 10), em seu livro *Uma história do feminismo no Brasil*, embora existam características universais que identificam esta primeira onda, no caso do Brasil “não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde suas primeiras

⁴ Destacamos que tais marcadores não discorrem em especial sobre características ou bandeiras das diversas correntes do feminismo, mas sobre os períodos e as pautas abordadas na literatura sobre as ondas.

manifestações encontrou um campo de luta particular”. A autora identifica que este momento inicial se manifestou principalmente por meio da luta das mulheres pelo direito ao voto. Sarmiento (2017) encontra outros temas recorrentes nos jornais brasileiros que abordaram o assunto sobre o feminismo na primeira metade do século XX: o ativismo feminista para além do voto; trabalho fora do lar e comportamento. Em tais matérias não circulavam exclusivamente notícias nacionais, mas também acontecimentos de outros países. Dentre as sufragistas brasileiras, destaca-se a bióloga, ativista e política brasileira Bertha Lutz, uma paulistana nascida em 1894 que tem seu nome reconhecido mundialmente por atuar à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922. Tal Federação propunha lutar pelos direitos das mulheres, negociando, a partir de manifestações e acordos políticos, a disputa dos espaços públicos e de poder (BUENO, 2019).

Questionando sobre os limites metodológicos e historiográficos do feminismo no Brasil, onde as mulheres negras sempre estiveram às margens das narrativas das ondas, Silvia e Ferreira (2017) realizaram uma pesquisa em diferentes jornais da imprensa nacional e identificaram a participação política de mulheres negras em importantes períodos. As pesquisadoras apontam que para a criação da FBPF, por exemplo, houve o significativo envolvimento de duas mulheres negras, Almerinda Farias Gama e Maria Rita Soares de Andrade. Contudo, Bertha Lutz, mulher branca e da alta classe de São Paulo, é identificada como a protagonista deste movimento. Sem o intuito de diminuir o trabalho realizado por Bertha, consideramos importante questionar por que o nome de militantes negras, como Maria Rita Soares de Andrade, primeira juíza federal do Brasil, uma militante da luta das mulheres extremamente influente na política da época, atuante também nos campos da educação e no jornalismo, não é também amplamente difundido? (SILVIA e FERREIRA, 2017). Isso nos mostra que além dos marcadores das ondas, as suas lideranças também são por vezes postas à margem, mesmo quando falam de causas comuns.

De acordo com Nogueira (2001), os marcos internacionais desta primeira onda, que durou longos anos, mais precisamente até meados dos anos 60, tratavam, portanto, principalmente de questões cíveis e jurídicas. Contudo, conquistas como o direito ao voto e a possibilidade de mulheres disputarem as eleições, embora já tenham se tornado realidade em vários países, ainda hoje não conseguem romper as “dinâmicas sociais de

desvantagem” (BIROLI, 2018, p. 171) vivenciadas por mulheres. Assim, mesmo esta sendo uma pauta da primeira onda do movimento feminista, ainda é necessário que o debate tenha continuidade no contexto atual, para que sejam exterminados os estereótipos e benefícios que remetem ao gênero masculino a competência para exercer a participação política nos espaços de poder. Biroli (2018) atenta ainda para o fato de que a posição desigual na participação política no Brasil não ocorre só entre gêneros distintos, mas também entre mulheres, já que “as barreiras mostram-se mais espessas quando analisamos as condições de participação das mulheres mais pobres, das mulheres negras e indígenas, das trabalhadoras do campo” (p.171).

A segunda onda do movimento feminista, marcada entre os anos 60 e 80, problematiza questões sobre corpo, sexualidade e violências sofridas pelas mulheres em suas relações familiares (NOGUEIRA, 2001). Nesta nova fase,

destacam-se nas agendas feministas novas questões, como as mobilizações contra a demarcação rígida de papéis de gênero, que sobrecarregava as mulheres com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos. As ‘políticas do corpo’ assumiram caráter significativo, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando-se a plena assunção de seu corpo e de sua sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e contra a violência sexual, não mais admitindo que essa fosse uma questão restrita ao privado, cabendo a sua extensão ao público. (SOIHET, 2013, p.124).

Apontada como uma grande referência neste período, a filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir, em sua obra “O Segundo Sexo”, publicada em 1949, causa inquietações com a célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Trazendo o corpo como elemento central nas formas de enfrentar o mundo das mulheres, propõe reflexões sobre os significados sociais de “ser mulher”. Embora Beauvoir seja apontada como a percussora desse pensamento, é importante referenciar aqui o discurso “*Ain’t I a woman?*”⁵, datado de 1851, da abolicionista afro-americana, ativista dos direitos das

⁵ “*E eu não sou uma mulher?*”. Discurso proferido por Sojourner Truth em reunião, após pastores defenderem o menor acesso aos direitos pelas mulheres uma vez que estas eram frágeis e débeis, evocando como justificativa a imagem bíblica da mulher pecadora: “Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles

mulheres, que foi escrava e também empregada doméstica, Sojourner Truth, em que ela já questionava sobre esse *ser* mulher (MIGUEL, 2014). É inquestionável a importância, profundidade e os impactos da obra de Simone de Beauvoir, contudo, antes mesmo do período da segunda onda, uma feminista negra já discursava publicamente sobre algo que não é frequentemente creditado a ela ou ao seu recorte temporal.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, além da luta contra a dominação masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer, essa onda sofreu uma grande influência da ditadura⁶, seja em processos de silenciamento ou em movimentos feministas onde muitas mulheres se organizavam em oposição ao militarismo e às repressões políticas e de expressão (MATOS, 2010). Portanto, diferentemente do contexto que se vivia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham muitas das propostas dessa segunda onda, no Brasil estava sendo delineado um movimento feminista muito específico, atuante principalmente na resistência contra a ditadura, havendo a formação de vários grupos compostos por mulheres da elite e de camadas populares envolvidas no campo da esquerda política (PEDRO, 2006). Contudo, da mesma maneira que observamos atualmente, os feminismos não operavam de forma universal, e alguns movimentos compostos principalmente mulheres de classe alta, apoiavam ativamente o golpe militar (COSTA, 2005; COSTA e SARDENBERG, 2008).

Com a transição da ditadura para o regime democrático no Brasil, fato que ocorre entre os anos 1964 e 1980, muitas mulheres se organizaram em torno da construção da nova Constituição de 1988 (BIROLI, 2018). Este período, que corresponde exatamente ao recorte cronológico da segunda onda, representa, portanto, muito do que passou a se pautar nos movimentos feministas brasileiros da época. Aqui, houve principalmente uma mobilização em torno da necessidade de inserção das demandas feministas no âmbito do Estado. Com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, que tinha o

chamam isso... (alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem”. Trecho do discurso disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

⁶ No Brasil, a ditadura como consequência do Golpe Militar de 1964.

objetivo de debater e criar propostas sobre os direitos das mulheres para a nova constituição, com a colaboração de mulheres das diversas regiões do país, é construída a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Este documento foi apresentado na assembleia de inauguração da nova constituinte em 1987, tendo grande parte de suas reivindicações atendida (BARSTED e PITANGUY, 2006; COSTA, 2005). Em consonância com as ideias expostas, Sarmento (2017) encontra em pesquisa sobre matérias publicadas nos jornais nacionais sobre feminismo, durante este recorte temporal, temas como: ativismo feminista, participação e representação política, comportamento, trabalho e violência.

As feministas da terceira onda, período que se iniciou nos anos 80, trazem consigo um caráter pós-modernista e pós-estruturalista, ou seja, têm na essência da luta uma resistência à categorização, ao essencialismo. O conceito de gênero passa a ser amplamente discutido, transpondo a visão binária e configurando uma nova forma de pensar a identidade (NOGUEIRA, 2001). Em *Problemas de Gênero*, lançado nos anos 90, Butler (2017) oferece importantes elementos para as teorias feministas ao pontuar uma ação política focada nas construções das identidades de gênero e nos mecanismos de poder que as sustentam, problematizando o papel binário (homem x mulher) da sociedade ocidental, apresentando que as construções em torno das suas representações levariam a uma ordem compulsória da matriz heterossexual, com exigências de repetições de performatividades do que se produz como masculino e do feminino.

No cenário contemporâneo brasileiro, desde a proposta do Plano Nacional de Educação de 2014, no qual são apontadas reflexões e debates importantes a serem realizados de forma interdisciplinar nas escolas sobre desigualdades entre os gêneros, muitas acadêmicas e militantes feministas, assim como pessoas ligadas aos movimentos LGBTQIA+, a alguns partidos da esquerda política e a alguns segmentos do campo da educação vêm sofrendo críticas, deturpações e ameaças pelas suas pesquisas e pautas em torno dos estudos de gênero. Tal circunstância pode ser analisada a partir de uma lógica na qual,

Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p.92).

Concomitante às discussões sobre gênero, durante esta onda, é relevante na

literatura o feminismo negro e o surgimento do movimento interseccional como uma forma de sistematizar o ponto de vista das mulheres negras, assumindo, para além de questões de gênero, um compromisso com a mudança social que abarca em suas lutas outros marcadores (NOGUEIRA, 2001). Interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, reconhece que além da discriminação de gênero, as mulheres também estão sujeitas a fatores que se cruzam, tais como: classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual (CRENSHAW, 2002). A filósofa e ativista estadunidense Angela Davis, desde a segunda onda, aparece como uma grande referência em debates dessa natureza seja como militante ou acadêmica. Em seu livro *Mulher, Raça e Classe*, publicado pela primeira vez em 1981, já discutia sobre o entrelaçamento desses marcadores importantes (DAVIS, 2016).

Ao realizar uma investigação com o objetivo de apresentar a ausência da discussão sobre raça na maioria das pesquisas sobre mulheres no Brasil, até então, Caldwell (2000) mostra que é nos anos 80 que surge, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), o primeiro centro universitário de pesquisa sobre mulheres, mas a raça ainda não era incluída como uma categoria importante nos estudos ali realizados. Carla Akotirene (2019) denuncia esse feminismo hegemônico que não fala em nome de todas, mas de um grupo muito pequeno. Em seu livro *Interseccionalidade*, utiliza a expressão “avenidas identitárias” para nos explicar sobre o lugar ocupado pela mulher negra no cruzamento de avenidas com fluxos intensos (racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo) sendo estas mulheres constantemente atropeladas por estarem no ponto de intersecção destas avenidas.

Lélia Gonzalez, uma das mais importantes referências para o movimento feminista negro brasileiro, mesmo sem ainda utilizar o termo interseccionalidade, já produzia críticas ao feminismo hegemônico e a colonização do conhecimento, refletindo sobre o lugar das mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira e sobre a construção e manutenção do mito da democracia racial no Brasil. Tal mito é fruto da ação colonizadora que pretende produzir o branqueamento de valores culturais, negando e depreciando os papéis dos povos negros e indígenas na criação da nacionalidade brasileira (GONZALEZ, 1983; 1988). Ainda durante o período que corresponde à segunda onda, a ativista, pesquisadora e escritora Maria Beatriz Nascimento, já escrevia sobre a condição das mulheres negras no Brasil, pontuando a discriminação e os estereótipos e

problematizando a condição racista brasileira. Nascida em 1942, Beatriz Nascimento morreu aos 51 anos, quando, em 1995, defendia uma amiga que sofria violência doméstica. Essas mulheres construíram importantes referências para se pensar, não só a causa das mulheres negras, mas também sobre a história do Brasil e, ainda assim, sob constante estratégia de silenciamento, muitas vezes não são reconhecidas na literatura hegemônica (BATISTA, 2016). Como aponta Djamila Ribeiro (2019), embora estudos e debates sobre o feminismo negro e a interseccionalidade estejam seguindo ritmos crescentes ainda há muito para se construir em um país como o Brasil, onde, mesmo sendo a maior nação negra fora de África, ainda tem menor representatividade ou ausência absoluta de pessoas negras em espaços de poder.

Além das estudiosas brasileiras, várias mulheres da América Latina tecem movimentos e estudos críticos à colonialidade, incluindo gênero e raça como categorias importantes em suas teorias e práticas. Destacamos aqui o trabalho de María Lugones, socióloga e ativista argentina que propõe uma teoria que vai além das categorias impostas pelo sistema capitalista e colonial, identificando as potências do “não moderno”, das formas de organização que são resistência ao sistema moderno colonial. Em suas palavras, “descolonizar o gênero é necessariamente uma praxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p.940).

Seguindo esta mesma construção de um saber que se propõe disruptivo, a estudiosa das teorias culturais chicanas, feministas e queer, Gloria Evangelina Anzaldúa (contemporânea de Lugones, Beatriz Nascimento e Gonzalez) ao identificar que os perigos enfrentados pelas mulheres de cor não são os mesmos daqueles enfrentados pelas mulheres brancas, apresenta um movimento feminista de inclusão a partir da consciência mestiça e das ontologias multiculturais dos feminismos da diferença (MORAGA e ANZALDÚA, 2015).

Esta terceira onda, talvez por ser a primeira dentre elas a se localizar em um curto período de tempo entre a que ocorreu anteriormente e a que surge posteriormente, provoca dúvidas sobre seu lugar. Podendo nos fazer questionar se ainda estamos vivendo a terceira onda, já que as feministas que participaram desse momento ainda estão aqui, pautando as lutas, se já adentramos em uma nova fase ou, ainda, se estamos vivenciando uma mistura de marés.

Embora não haja conformidade de opiniões, muitas feministas acadêmicas, a exemplo de Heloísa Buarque de Hollanda e Prudence Chamberlain, afirmam que o movimento feminista vive o que hoje podemos chamar de quarta onda. De acordo com Chamberlain (2017), o descritor da “onda” é relevante para entendermos esses movimentos de uma forma mais histórica e ampla, uma vez que o mesmo oferece uma noção de continuidade há mais de um século de ativismo. Uma vez que as definições de ondas estão associadas aos contextos sociopolíticos e tecnológicos em que elas surgem, cada momento pode ser compreendido a partir de uma “temporalidade afetiva”. No contexto contemporâneo, a autora justifica a existência de uma quarta onda indicando que os sites de rede social modificaram a forma do ativismo se organizar, tornando-o mais rápido e eficiente, pois as feministas não precisam mais ocupar o mesmo espaço físico para construir suas reivindicações e seus movimentos. Sonia Alvarez (2014) destaca que, nos movimentos feministas latino-americanos, a internet teve papel significativo e, atualmente, as redes sociais têm se tornado relevantes para suas popularizações, principalmente, em lugares que carregam características incipientes. No cenário público-privado online, “essas teias político-comunicacionais (...) são elementos importantes para entender e investigar convenções ligadas à violência e às corporalidades no cenário feminista atual” (FERREIRA, 2015, p. 223).

Hollanda (2018), analisando especificamente a quarta onda no contexto brasileiro, também apresenta as redes sociais como um elemento importante na esfera política, causando um alargamento no padrão da comunicação, que se torna mais autônoma e democrática, além de potencializar mobilizações que, em primeira instância, parecem ter um caráter individual, mas tornam-se coletivas ao serem difundidas na rede, trazendo para o campo político aquilo que é de ordem pessoal. Um exemplo que pode ser observado deste “borramento” entre público e privado é a exposição das narrativas em primeira pessoa nos espaços virtuais de livre acesso (como no caso das redes sociais), que possibilitam a algumas mulheres compartilhar suas histórias e se conectarem com mulheres que vivenciaram experiências de opressões semelhantes ou distintas.

De acordo com Savietto (2015), por não terem representatividade justa nos grandes meios de comunicação, onde as narrativas são construídas e controladas pela dominação masculina, as mulheres são vítimas da marginalização e dos estereótipos. Já nas redes sociais presentes na internet, a exemplo dos *blogs* feministas, elas podem

contar suas histórias; escrever, sob seus pontos de vistas, temas de interesse; divulgar iniciativas, além de criarem uma rede de comunicação que, em alguns casos, torna-se também uma rede de apoio. Ou seja, ao incluir a possibilidade de minorias se manifestarem, também as permitem se conectarem por algo em comum.

Neste sentido, Cristiane Costa (2018) apresenta que há um novo formato de comunicar movimentos coletivos nesta quarta onda. Os protestos, que outrora ocorriam especialmente nas ruas, abrem espaço para as campanhas online, nas quais, por meio de *hashtags* (#), descritores textuais permitem que se imbriquem e se ampliem vozes e causas. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) citam, como nova forma de reinventar as greves, os movimentos feministas que se iniciaram na Polônia em 2016 em oposição à proibição do aborto e se expandiram ao longo do globo através da rede com outras diversas reivindicações com *hashtags* que se tornaram populares: “#NosotrasParamos, #WeStrike; #VivasNosQueremos; #NiUnaMenos; #TimesUp; #Feminism4the99” (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 31).

No Brasil, o ano de 2013 aparece como sendo um momento em que as campanhas e convocações para manifestações feministas através do compartilhamento de *hashtags* se percebem como bastante influentes. A mobilização através da *hashtag* #vemprarua, em junho de 2013, no Brasil foi muito significativa e marcou características de uma nova geração política que convoca pessoas a irem para rua pedir por direitos amplos e fundamentais, tais como transporte, educação, segurança e saúde. Embora não sendo um movimento exclusivo da internet, se iniciou e se amplificou na mesma, promovendo novas narrativas políticas, sem a presença de uma bandeira ou uma ideologia específica. Nas faixas das passeatas as demandas que se anunciavam eram pessoais e éticas, não eram partidárias e, inclusive, contavam com a participação de pessoas que se identificavam politicamente com a esquerda e também de pessoas que se identificavam com direita (BENTES, 2015; BOGADO, 2018).

Para um dos principais teóricos da sociedade em rede, o sociólogo espanhol Castells (1999, p. 120), “estamos testemunhando um ponto de descontinuidade histórica”, no qual uma cultura da autonomia marca um ponto de transformação política do século XXI. Através da comunicação horizontal, onde se cria um canal de sujeito para sujeito, observamos que “pela primeira vez há uma capacidade de comunicação massiva não midiaticada pelos meios de comunicação de massa” (CASTELLS, 2004, p. 285-286).

Contudo, como aponta Cristiane Costa (2018), essa comunicação massiva e midiaticizada pode trazer a falsa ilusão de que estamos vivendo um momento de horizontalidade participativa, quando na verdade muitas mulheres estão excluídas também desse feminismo de quarta onda, inclusive por não terem acesso às redes sociais virtuais. Outro ponto importante é que as resistências às demandas feministas, com uma forte mobilização do conservadorismo, também se tornam virais, uma vez que os mesmos efeitos dos caracteres textuais de agregação e compartilhamento gerados para movimentos pró-equidade entre os gêneros e justiça social também funcionam para aqueles que são favoráveis à manutenção da dominação masculina e das relações de poder binárias e patriarcais.

Além-mar: sobre a necessidade de seguir atravessando fronteiras

Como apresentado, as ondas feministas sendo observadas como localizadoras temporais das pautas e lutas construídas no passado podem dar conta de um breve panorama de histórias de lutas de mulheres, uma vez que tais histórias muitas vezes não são centralizadas ou sequer nos são apresentadas em espaços de aprendizagem. Esta organização pode oferecer ao movimento feminista, ou a todas as pessoas que buscam conhecer mais sobre a temática, pontos de vistas diferentes daqueles contados pelas produções de saberes hegemônicos. No entanto, precisamos ir além, uma vez que países do sul global urgem por construções de conhecimento des e pós-coloniais, urgem pela “necessidade vital de teorização própria de narrativas localizadas que descentalizem os quadros de referência atuais, e respondam a um lugar de enunciação vinculado à vulnerabilidade” (BOZZANO, 2019, p. 5). As histórias das mulheres do sul precisam ser contadas pelas mulheres do sul, pois em seus movimentos amplos e plurais essas mulheres produzem seus saberes e protagonizam suas lutas. Sobre esses saberes locais, Lizia Carvalho e Luciana Dias atentam para suas importâncias na construção de novas epistemologias, acentuando especificamente a contribuição de mulheres negras brasileiras, a exemplo de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, para os feminismos transnacionais (CARVALHO e DIAS, 2019).

Considerações Finais

Ao revisarmos a historiografia do feminismo no Brasil, percebemos que há uma construção difusa nos referenciais nacionais, onde não se encontram literaturas sobre as ondas que sejam consensuais como um todo, sendo alguns marcos sedimentados, mas outros valorizados de acordo com o interesse de quem dissemina tal conhecimento, tornando-se perceptível a predominância de um feminismo de caráter hegemônico. Também são encontradas algumas similaridades em relação aos temas e períodos que são demarcados na literatura internacional das ondas feministas, no entanto algumas distinções importantes surgem ao ampliarmos o repertório para trabalhos que buscam revelar desigualdades e hierarquias dentro dos feminismos.

Durante o processo de pesquisa, questionamos a continuidade dessa linha cronológica e, assim, nos aproximamos da descontinuidade de um movimento que cruza uma diversidade de tempos, costurando no presente pontos do passado e ficcionando futuros.

Embora algumas importantes demandas levantadas ao longo dos anos pelos movimentos feministas brasileiros tenham sido conquistadas no contexto sociopolítico atual, urge referenciar e pautar antigos debates. Pois, mesmo com as novas formas de ativismo que têm se considerado mais amplas e agregadoras, corroboramos com a ideia de Marlise Matos (2014) que nos convida a construí-las a partir de um campo crítico emancipatório das diferenças, onde as dinâmicas sociais e políticas possam criar estratégias mais democráticas e epistemologicamente unificadas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVAREZ, Sonia. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.43, p.13–56, dez., 2014

ARRUZZA, Cinzia.; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNIFEM, 2006, p.15 -20.

BATISTA, Wagner Vinhas. **Palavras sobre uma historiadora transatlântica**: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. 2016. 279f. Tese (doutorado) em Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

BENTES, Ivana. **Hackear, Narrar**: as novas linguagens do ativismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOGADO, M. Rua. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 23-42.

BOZZANO, Caroline Betemps. Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, 2019, p. 1-7.

BUENO, Alexandra Padilha. Viribus Unitis: a questão da conquista do voto feminino nos Boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1934-1935). **Rev. Aedos**, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 245-268, ago., 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, p. 91-108, 2000.

CARVALHO, Lizia; DIAS, Luciana. Contribuições dos feminismos negros brasileiros aos feminismos transnacionais. **Rev. Humanidades e Inovação**, Palmas, v.6, n.16, p.118 – 127, 2019.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. *In*: MORAES, Denis de. (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 255-288.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. vol. 1. Economia, sociedade e cultura. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAMBERLAIN, Prudence Bussey. **The Feminist Fourth Wave**: Affective Temporality. London: Palgrave Macmillan, 2017.

COSTA, Ana Alice Alcântara O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Rev. Gênero**, Niterói, v.5, n.2, p. 9-35, 2005.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 23-50.

COSTA, Cristiane. Rede. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Explosão Feminista**: Arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 43-60.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n. 1, p. 171-188, jan., 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 44, p.199-228, 2015.

GADELHA, Kaciano Barbosa. Virtualização do corpo e sexualidades online: encontros gay, gênero e performatividade. 2014. 232f. Tese (doutorado) - Sozialwissenschaften der Freien Universität Berlin, Berlin, 2014.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, L. A. (et al). **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**: Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, Brasília, n. 2, 1983, p. 223-244.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell University, 1986.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Ipea, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935 - 952, dez. 2014

MATOS, Marlise. A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**, n.38, 2014, Caxambu. MR20 Teoria Feminista e a Teoria Política: encontros, convergências e desafios. Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs, ISSN 2177-3092, de 27 a 31 de outubro de 2014. Caxambu: 2014, p. 1-28.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a Política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 17-30.

MORAGA, Cherrie.; Anzaldúa, Gloria. **This bridge called my back: Writings by radical women of color**. 4.ed. Albany, NY: State University of New York Press, 2015.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v.13, n.1, p.107-128, 2001.

ONU. Unicef: Cerca de 25% das latino-americanas casaram-se ou foram viver com seus parceiros antes de completar 18 anos. Onu News, 11 de outubro, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/10/1690631>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ORIHUELA, José Luis. Blogs e blogosfera: o meio e a comunidade. In: ORDUÑA, Octavio (et al.) (Orgs.). **Blogs: revolucionando os meios de comunicação**. São Paulo: Thomson Learning, 2007, p. 1-20.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n.52, p. 259-271, dez., 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RECUERO, Raquel. Fluxos de Informação e Capital Social nos Weblogs. In: STEFFEN, C.; POZENATO, K. M.(Org.). **Mídia, cultura e contemporaneidade**, 2010, p. 117-142.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SARMENTO, Rayza. Das sufragistas às ativistas 2.0 [manuscrito]: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016). 2017. 220 f. (Tese doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

SAVIETTO, Daniele. Mulheres e mídia global. Uma análise internacional da perspectiva das mulheres sobre suas representações midiáticas. 2015. 180f. (Dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo) -Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Rev. Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade, gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Rev. Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.26, n. spe, p.14-24, 2014.

SILVA, Tauana Olívia Gomes; FERREIRA, Gleidiane de Sousa Ferreira. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, dez., 2017.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7, Letras, 2013.